

Alerta Legislação nº 22, de 31 maio a 05 jun. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 14.158, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

(...)

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2021, o salário-mínimo será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

(...)

Prefeitura de São Paulo

LEI Nº 17.560, DE 31 DE MAIO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 685/17, DOS VEREADORES ...)

Dispõe sobre a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município e dá outras providências.

DECRETO Nº 60.289, DE 3 DE JUNHO DE 2021

Institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

04/06/2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.053, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.

DECRETO Nº 10.712, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Regulamenta a [Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021](#), que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

	<p><u>DECRETO Nº 10.711, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Institui o Banco Nacional de Perfis Balísticos, o Sistema Nacional de Análise Balística e o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística.</p>
<p>01/06/2021</p>	<p><u>DECRETO Nº 10.710, DE 31 DE MAIO DE 2021</u> Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.043, de 16 de abril de 2021, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.693.315.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 2 de junho de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.042, de 14 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e ano, que "Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE e altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre secretarias", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 2 de junho de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no</p>

	<p>valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 26 de maio de 2021. Congresso Nacional, em 28 de maio de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021</u> Institui o marco legal das <i>startups</i> e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.162, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.161, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para permitir o uso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.160, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.</p> <p><u>LEI Nº 14.159, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de ampliar o prazo para cumprimento do disposto no § 6º do art. 44 da referida Lei.</p> <p><u>LEI Nº 14.158, DE 2 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021. (...) Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2021, o salário-mínimo será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais). (...)</p> <p><u>LEI Nº 14.157, DE 1º DE JUNHO DE 2021</u> Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer condições para a implementação da cobrança pelo uso de rodovias por meio de sistemas de livre passagem. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.156, DE 1º DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, para aumentar o prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura (PNC) para 12 (doze) anos. Mensagem de veto.</p>

<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 3, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.</p> <p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) <u>RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 7, DE 27 DE MAIO DE 2021</u> Dispõe sobre o resultado da Terceira Etapa do processo de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto editados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), e revoga ato normativo publicado pela CMED que apresenta perda de objeto.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 5, DE 27 DE MAIO DE 2021</u> Altera a Resolução CTE-CMED nº 06, de 21 de dezembro de 2020, para estabelecer procedimentos para a análise dos Documentos Informativos de Preço referentes aos pedidos de precificação de medicamentos novos e vacinas contra a Covid-19 no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL <u>RESOLUÇÃO Nº 81, DE 27 DE MAIO DE 2021</u> Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2021.</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 25, DE 24 DE MAIO DE 2021</u> Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do <u>Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002</u>, que regulamenta a <u>Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989</u>.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL → Área de Administração <u>RETIFICAÇÃO</u> No Diário Oficial nº 96, de 24.5.2021, seção 1, página 39, referente a Instrução Normativa BCB nº 108 de 19 de maio de 2021, substitua-se a figura que consta do item "c" do Anexo 2, pela figura a seguir: (...)</p> <p>→ Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 110, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 49, que estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.028, DE 31 DE MAIO DE</u></p>

	<p><u>2021</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 16 de abril de 2021, que dispõe sobre as contribuições previdenciárias e as contribuições destinadas a outras entidades ou fundos incidentes sobre o valor da remuneração da mão de obra utilizada na execução de obras de construção civil.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.026, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em nome da União, e o Distrito Federal e municípios para delegação das atribuições de fiscalização, de lançamento e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA SEPRT/ME Nº 6.399, DE 31 DE MAIO DE 2021</u> Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e revisão das Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. (Processo nº 19966.100253/2021-35).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA – Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 19, DE 1º DE JUNHO DE 2021</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF 18/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR <u>RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 901, DE 26 DE MAIO DE 2021</u> (*) Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE, para o exercício de 2021. (*) Republicada por ter saído no DOU de 28-12-2020, Seção 1, com incorreção no original.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) – Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 1.143, DE 4 DE JUNHO DE 2021</u> Institui o Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância de Vacinas e outros Imunobiológicos - CIFAVI.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 1.142, DE 4 DE JUNHO DE 2021</u> Institui a Comissão de Avaliação de Responsabilidade Civil por Eventos Adversos Graves Pós-Vacinação Covid-19, para dar cumprimento ao disposto no Anexo B do contrato celebrado entre a União e a Janssen para aquisição de vacinas Covid19, e dá outras providências.</p>

→ Comissão Intergestores Tripartite

RESOLUÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO CIT Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2021

Consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS).

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

→ Diretoria Colegiada (DC)

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 97, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ressonância magnética nuclear, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 96, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou intervencionista, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 95, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 94, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 93, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 92, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 91, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 90, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO RDC Nº 515, DE 28 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).

RESOLUÇÃO RDC Nº 501, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 23, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de execução e notificação de ações de campo por detentores de registro de produtos para a saúde no Brasil

RESOLUÇÃO RDC Nº 500, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 17 de maio de 2019, que dispõe sobre investigação, controle e eliminação de nitrosaminas potencialmente carcinogênicas em antagonistas de receptor de angiotensina II.

RESOLUÇÃO RDC Nº 499, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 432, de 4 de novembro de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de descrever a composição em português na rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

RESOLUÇÃO RDC Nº 513, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa das normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da terceira etapa de consolidação em observância ao que prevê a Portaria nº 201/GADIPDP/ANVISA, de 20 de fevereiro de 2020, e o [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#).

RESOLUÇÃO RDC Nº 512, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas para Laboratórios de Controle de Qualidade.

RESOLUÇÃO RDC Nº 511, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a admissibilidade de códigos farmacêuticos estrangeiros.

RESOLUÇÃO RDC Nº 510, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre oficialização de lotes de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira.

RESOLUÇÃO RDC Nº 509, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

RESOLUÇÃO RDC Nº 508, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas em Células Humanas para Uso Terapêutico e pesquisa clínica, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO RDC Nº 507, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sob ações das Centrais de Transplantes sobre regime de vigilância sanitária

RESOLUÇÃO RDC Nº 506, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as regras para a realização de ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO RDC Nº 505, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o registro de produto de terapia avançada e dá outras providências.

RESOLUÇÃO RDC Nº 504, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano.

RESOLUÇÃO RDC Nº 503, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de

Nutrição Enteral.

RESOLUÇÃO RDC Nº 502, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.

**SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
PORTARIA Nº 615, DE 27 DE MAIO DE 2021**

Mantém e altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

PORTARIA Nº 614, DE 25 DE MAIO DE 2021

Inclui medicamento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 14 DE MAIO DE 2021

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno Esquizoafetivo.

**SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
PORTARIA Nº 30, DE 17 DE MAIO DE 2021 (*)**

Institui a Câmara Técnica Assessora em Mortalidade Materna.

() Republicada por ter saído no DOU Nº 92, de 18/05/2021, Seção 1, página 126, com incorreção no original.*

PORTARIA Nº 34, DE 31 DE MAIO DE 2021

Institui Câmara Técnica Assessora para ações integradas voltadas à prevenção da gravidez na adolescência.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

PORTARIA SCTIE/MS Nº 27, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Torna pública a decisão de não incorporar o secuquinumabe para tratamento da artrite psoriásica ativa em pacientes adultos na primeira etapa de terapia biológica, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 26, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Torna pública a decisão de incorporar o nusinersena para tratamento da atrofia muscular espinhal 5q tipo II, com diagnóstico até os 18 meses de idade e conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde, e não incorporar o nusinersena para tratamento da atrofia muscular espinhal 5q tipo III, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 25, DE 28 DE MAIO DE 2021

Torna pública a decisão de não incorporar o canabidiol para tratamento de crianças e adolescentes com epilepsias refratárias aos tratamentos convencionais, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 24, DE 28 DE MAIO DE 2021

Torna pública a decisão de não incorporar a alfaalglucosidase, terapia de reposição enzimática, para tratamento de pacientes com diagnóstico confirmado de doença de Pompe de início tardio (DPIT), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 23, DE 28 DE MAIO DE 2021

	<p>Torna pública a decisão de incorporar o tenofovir alafenamida para tratamento de adultos com infecção pelo vírus da hepatite B, sem cirrose ou com cirrose compensada, conforme protocolo do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 22, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Torna pública a decisão de incorporar o mepolizumabe para o tratamento de pacientes com asma eosinofílica grave refratária, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), e não incorporar o benralizumabe para o tratamento de pacientes com asma eosinofílica grave refratária, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 21, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a flucitosina para o tratamento de pacientes com meningite criptocócica e demais formas de neurocriptococose, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde.</p> <p><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar o dimesilato de lisdexanfetamina para indivíduos adultos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar o tiotrópio para tratamento da asma moderada e grave em pacientes adultos e crianças (com idade de 6 anos ou mais), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
05/06/2021	<p><u>DECRETO Nº 65.767, DE 4 DE JUNHO DE 2021</u> Cria o 5º Batalhão de Polícia Ambiental (5º BPAmb), sediado em Campinas, altera os Decretos nº 65.096, de 28 de julho de 2020, e nº 65.562, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a estrutura da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP-73, DE 3-6-2021</u> Constitui, no Departamento de Recursos Humanos, Comissão Especial responsável pela realização do Concurso de Promoção por Antiquidade, referente ao exercício de 2020, dos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária</p>

<p>Desenvolvimento Econômico (SDE)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 28-5-2021</u> Altera a Portaria CEETEPS-GDS 3010/2021, de 7-5-2021 que estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2021, para ingresso nos cursos de graduação (presencial e a distância) das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e dispõe sobre assuntos correlatos</p>
<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 14, DE 31-05-2021</u> Aprova as orientações e recomendações para gestores e serviços, quanto ao Plano de Ação Intersetorial e atendimento de Proteção Social Especial para População em Situação de Rua nos períodos de baixas temperaturas</p>
<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) → Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR-44, DE 1º-6-2021</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de maio de 2021.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-43, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-42, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de ICMS</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-41, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-40, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de Taxas.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-39, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-38, DE 1º-6-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2021 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 1.166, DE 3-6-2021</u> Dispõe sobre a atualização das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Brasileiro Distribuidora - Gbd e revoga a Deliberação Arsesp 1.139, de 05-03-2021</p> <p><u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 1.165, DE 3-6-2021</u> Autoriza o reajuste das tarifas de água e esgoto a serem praticadas pela Saneaqua Mairinque S.A. no Município de Mairinque e revoga a Deliberação Arsesp 1.064, de 19-11-2020</p> <p>CASA MILITAR (CMil) <u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 15-610-21, DE 2-6-2021</u> Retifica o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de São José do Rio Preto</p> <p><u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 14-610-21, DE 2-6-2021</u> Retifica o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de Barretos</p> <p><u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 11-610-21, DE 31-5-2021</u> Deflagra o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de Marília</p> <p><u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 10-610-21, DE 31-5-2021</u> Deflagra o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de São José do Rio Preto</p> <p><u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 8-610-21, DE 31-5-2021</u> Deflagra o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de Barretos</p> <p><u>RESOLUÇÃO COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 6-610-21, DE 31-5-2021</u> Deflagra o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região de São José dos Campos</p>
<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Subsecretaria do Meio Ambiente → → Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade <u>PORTARIA CFB-7, DE 31-5-2021</u> Dispõe sobre o Protocolo de Monitoramento das áreas submetidas à Exploração Agroflorestal em Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL de que tratam os artigos 12 e 32 da Resolução SMA 189, de 20-12-2018</p>

<p>Justiça e Cidadania (SJC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SJC - 72 DE 3-6-2021</u> CC-EXP-2021/00602 Institui a Comissão Especial – Vacinação Covid19 para apurar o descumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19</p>
<p>Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG)</p>	<p>INFORMES <u>COMUNICADO</u> PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão convida a participar e contribuir no processo de construção do Orçamento Estadual para o exercício de 2022. Visando dar continuidade ao processo de planejamento governamental e subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA 2022, a participação da população na Audiência Eletrônica é essencial para a identificação das ações de governo consideradas mais relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e de suas regiões. Portais: http://audienciasdoorcamento.sp.gov.br/, www.saopaulo.sp.gov.br, www.projetos.sp.gov.br Período: 11 a 25 de junho de 2021. SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA NOS AJUDAR A PLANEJAR SÃO PAULO.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) – Unidade do Arquivo Público do Estado (APE) <u>PORTARIA NORMATIVA UAPESP 2-2021, DE 4-6-2021</u> Institui o "Arquivo Digital.SP" na Unidade do Arquivo Público do Estado</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO <u>DELIBERAÇÃO NORMATIVA CPRTI-1, DE 3-5-2021</u> Dispõe sobre a Eleição de Pesquisadores Científicos para atualização de 1/3 da composição do Colegiado da CPRTI</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 86, DE 4-6-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao Programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no Sus /SP, decorrentes de Emendas Impositivas, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 85, DE 4-6-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao</p>

	<p>programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no Sus /SP, decorrentes de Demandas Parlamentares, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providencias decorrentes</p> <p>CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO (CES) <u>COMUNICADO</u> Parecer Conclusivo do Relatório Anual de Gestão 2020</p> <p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB - 62, DE 3-6-2021</u> (...) Repasse em Recurso Financeiro referente ao 2º trimestre de 2021: (...)</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR-7667, DE 2-6-2021</u> Regulamenta o pagamento de bolsas no âmbito do Programa de Bolsas para alunos de Graduação da Universidade de São Paulo e Instituições Estrangeiras Conveniadas, instituído pela Resolução 7110, de 02-09-2015</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR-8093, DE 2-6-2021</u> Altera dispositivos da Resolução 7110, de 02-09-2015, que dispõe sobre o Programa de Bolsas para estudantes da Universidade de São Paulo e de Instituições Estrangeiras Conveniadas</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG-194, DE 31-5-2021</u> Dispõe sobre a instituição do Sistema Eletrônico de Informações - SEI! no âmbito da Defensoria Pública do Estado</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>03/06/2021</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 2021</u> A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Fica criada a Região Metropolitana de Itapeva, com sede no Município de Itapeva, como unidade regional do Estado de São Paulo. (...) DOE, Legislativo, 03/06/2021, p. 7</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 353, DE 2021</u> Estabelece como estratégia a ser adotada na implementação do Plano Estadual de Imunização contra a COVID19, a priorização na distribuição de vacinas em territórios vulneráveis, em especial naqueles em que existe uma sobremortalidade causada pela Covid-19. DOE, Legislativo, 03/06/2021, p. 7</p>

02/06/2021	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 351, DE 2021</u> Estabelece um Protocolo de Prevenção, Abordagem e Responsabilização Institucional contra violências na Administração Pública do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 02/06/2021, p. 5</p>
01/06/2021	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 350, DE 2021</u> Proíbe a imposição de sigilo aos documentos públicos oficiais do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 01/06/2021, p. 5</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
05/06/2021	<p><u>LEI Nº 17.561, DE 4 DE JUNHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 397/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Altera disposições da Lei nº 15.893, de 7 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes gerais, específicas e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca e define programa de intervenções para a área da operação, bem como substitui o Quadro III – Fatores de Equivalência de CEPAC anexo à citada lei.</p> <p><u>DECRETO Nº 60.290, DE 4 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre as atribuições da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA, da Secretaria de Governo Municipal, prevista no artigo 5º, inciso VI, do Decreto nº 60.038, de 31 de dezembro de 2020; introduz alterações nos Decretos nº 50.866, de 21 de setembro de 2009, e nº 58.323, de 16 de julho de 2018.</p>
04/06/2021	<p><u>DECRETO Nº 60.289, DE 3 DE JUNHO DE 2021</u> Institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP</p>
01/06/2021	<p><u>LEI Nº 17.560, DE 31 DE MAIO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 685/17, DOS VEREADORES (...)) Dispõe sobre a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município e dá outras providências.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>